

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.395.669 - SP (2018/0294727-3)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA
ADVOGADOS : LEONARDO FIALHO PINTO - MG108654
ANDRE JACQUES LUCIANO UCHOA COSTA - SP325150
AGRAVADO : FLAVIA MARQUES DE MORAES
ADVOGADOS : ELIANA GONCALVES DE AMORIN SARAIVA - SP082409
VALDIVINO DE SOUZA SARAIVA E OUTRO(S) - SP065856

EMENTA

CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO ESPECIAL MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DE NULIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. ATRASO NA ENTREGA PELA CONSTRUTORA. NÃO APONTAMENTO DOS DISPOSITIVOS TIDOS POR VIOLADOS. DISSÍDIO PRETORIANO. SÚMULA Nº 284 DO STF. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

FLAVIA MARQUES DE MORAIS (FLÁVIA) ajuizou ação declaratória de nulidade de cláusula contratual c/c ressarcimento de danos materiais e morais contra MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A. (MRV), por atraso em entrega de imóvel.

O juízo de 1º grau julgou parcialmente procedente a demanda para condenar a MRV a ressarcir o valor despendido pela autora a título de alugueres e despesas condominiais, enquanto perdurou a mora.

Em razão da sucumbência recíproca, condenou ambas as partes ao pagamento das custas e das despesas, arcando cada qual com os honorários de seus respectivos honorários (e-STJ, fls. 221/226).

Ambas as partes interpuseram suas apelações e o Tribunal estadual deu provimento ao recurso de FLÁVIA, reconhecendo os danos morais pelo atraso na entrega do imóvel e deu provimento parcial à irresignação da MRV.

Condenou a MRV a responder por honorários advocatícios fixados em 10% do valor da condenação, além de pagar 75% das custas e despesas processuais, cabendo o restante a FLÁVIA.

O acórdão restou assim ementado:

REJEITADA A PRELIMINAR, DERAM PROVIMENTO AO RECURSO DA AUTORA E DERAM PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DA REQUERIDA, PARA FIXAR O VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS EM 0,5% DO VALOR

ATUALIZADO DO IMÓVEL, PREVISTO NO CONTRATO, INCIDENTE DESDE A DATA EM QUE DEVERIA TER SIDO ENTREGUE O IMÓVEL ATÉ A DATA DE SUA EFETIVA ENTREGA (ABRIL NOVEMBRO DE 2012 = 8 MESES = 4%). A PARTIR DA DATA DA ENTREGA O VALOR APURADO DEVE SER ATUALIZADO MENSALMENTE PELA TPTJ, INCIDINDO JUROS DE MORA DE 12% AO ANO DESDE A CITAÇÃO; CONDENAR A REQUERIDA AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS FIXADA EM R\$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS), COM INCIDÊNCIA DA CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DESTA DATA, CONTADOS JUROS DE MORA DESDE A CITAÇÃO, MANTIDA A CONDENAÇÃO A RESTITUIR, DE FORMA SIMPLES OS VALORES PAGOS A TÍTULO DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA INCIDENTES SOBRE O VALOR CONTRATADO NO PERÍODO DE ATRASO, NOS MOLDES DA SENTENÇA. A REQUERIDA DEVERÁ RESPONDER POR HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM 10% DO VALOR DA CONDENAÇÃO, ALÉM DE PAGAR 75% DAS CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS, CABENDO O RESTANTE À REQUERENTE. V.U. (e-STJ, fls.318/319).

Inconformada, MRV interpôs recurso especial com base no art. 105, III, c, da Constituição Federal, alegando, em síntese, que o atraso na conclusão do empreendimento causou meros aborrecimentos ou dissabores, não configurando danos morais. Ressaltou que o valor fixado de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) mostra-se exorbitante (e-STJ, fls.330/339).

Em juízo de admissibilidade, a Vice-presidência do Tribunal de origem inadmitiu o apelo nobre. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial (e-STJ, fls.353/354 e 357/362).

Contraminuta apresentada (e-STJ, fls.364/366).

O recurso foi distribuído à Presidência desta Corte e nos termos dos arts. 76, c/c 932, parágrafo único, foi determinada a intimação da parte recorrente para regularizar a representação processual no prazo de 5 dias (e-STJ, fl. 371).

A decisão foi cumprida. Posteriormente, o feito foi distribuído a minha relatoria (e-STJ, fls.375/378 e 382).

É o relatório.

DECIDO.

A irresignação não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de

admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

No caso em tela, MRV não indica expressamente os dispositivos tidos por violados em relação à controvérsia trazida a esta Corte, fazendo incidir a Súmula nº 284 do STF.

Veja-se o precedente:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO COM FUNDAMENTO NA ALÍNEA "C". AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO VIOLADO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284 DO STF.

1. "É imprescindível a indicação expressa do dispositivo de lei tido por violado para o conhecimento do recurso especial, quer tenha sido interposto pela alínea a quer pela c." (AgRg nos EREsp 382.756/SC, Rel. Ministra LAURITA VAZ, CORTE ESPECIAL, julgado em 18/11/2009, DJe 17/12/2009.).

2. A apresentação tardia da indicação do dispositivo de lei que entende violado, quando não apontado no recurso especial, representa inovação vedada no âmbito do agravo regimental.

Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 864.540/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 15/04/2016, sem destaque no original)

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCURAÇÃO EM APENSO DIGITALIZADO. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA N. 115 DO STJ. PLANO DE SAÚDE. RECUSA DE TRATAMENTO. RECURSO DESFUNDAMENTADO. SÚMULA N. 284 DO STF. DANO MORAL. CONTRATAÇÃO DE PROCEDIMENTO DE PARTO. VERIFICAÇÃO. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. JUROS MORATÓRIOS. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. TERMO INICIAL. 1. Verificando-se que a procuração outorgada ao subscritor do recurso encontra-se em apenso digitalizado, não se aplica o óbice da Súmula n. 115/STJ. 2. Incide o óbice previsto na Súmula n. 284 do STF na hipótese em que a deficiência da fundamentação do recurso não permite a exata compreensão da controvérsia. 3. É inviável, em recurso especial, revisar a orientação adotada pelas instâncias ordinárias quando alicerçado o convencimento dos julgadores em cláusulas contratuais e em elementos fáticos-probatórios presentes nos autos. Aplicação das Súmulas n. 5 e 7 do STJ. 4. No caso de ilícito contratual, os juros de mora são devidos a partir da citação. 5. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp nº 619.066/SP, Rel. Ministro JOÃO

OTÁVIO DE NORONHA, Terceira Turma, DJe de 28/8/2015).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. URGÊNCIA CONFIGURADA. NEGATIVA DE COBERTURA. PRAZO DE CARÊNCIA. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA N. 284/STF. APRECIÇÃO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE. 1. Aplicam-se as Súmulas n. 5 e 7 do STJ quando a tese versada no recurso especial reclama a interpretação de cláusulas contratuais e a análise dos elementos probatórios produzidos ao longo da demanda. 2. A interpretação de cláusula de carência estabelecida em contrato de plano de saúde deve, em circunstâncias excepcionais, como a necessidade de tratamento de urgência decorrente de doença grave, ser ponderada a fim de assegurar o eficiente amparo à vida e à saúde. 3. "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia" (Súmula n. 284 do STF). 4. Não cabe ao Superior Tribunal de Justiça intervir em matéria de competência do STF, tampouco para prequestionar questão constitucional, sob pena de violar a rígida distribuição de competência recursal disposta na Carta Magna. 5. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 320.484/PA, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Terceira Turma, DJe de 17/2/2014).

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/03/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

MAJORO em 5% os honorários advocatícios anteriormente fixados em desfavor da MRV, nos termos do art. 85, § 11 do NCPC.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de fevereiro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator